

Neoliberalismo no Brasil: uma análise do governo das comunicações

Neoliberalism in Brazil: an analysis of the government of communications

Saulo Mota

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Rua Monte Alegre, 984,
05014-90, Perdizes, São Paulo, SP, Brasil.
saulotmota@yahoo.com.br

Resumo. As políticas de desenvolvimento tecnológico para telecomunicações do Brasil, planejadas e aplicadas durante o final do século XX e início do século XXI, produziram efeitos diversos nas formas de se comunicar em todo o país, e ocorreram concomitantemente ao início de uma série de transformações políticas e econômicas ocorridas no país no início deste século. Pretende-se realizar neste artigo uma análise dos modos como se configuraram estratégias de desenvolvimento e governo das comunicações no Brasil no século XXI, buscando compreender a maneira e os motivos pelos quais estas se constituíram com tal. Foi identificado um esforço por parte do Ministério das Comunicações para promover uma ampliação das possibilidades de acesso, produção e compartilhamento de conteúdos, facilitando a participação da população nesse processo. Viabiliza-se, através das tecnologias de informação e comunicação, a verificação das respectivas competências de cada pessoa em oferecer recursos e conteúdos interessantes, permitindo que sua utilidade seja avaliada, assim como sua capacidade de gerenciar seu Capital Humano.

Palavras-chave: comunicação no Brasil, neoliberalismo, Capital Humano, governamentalidade.

Abstract. The politics of technological development for telecommunications in Brazil, planned and implemented during the late twentieth and early twenty-first century have produced various effects on the ways to communicate across the country and occurred concomitantly with the initiation of a series of political and economic transformations that occurred in the country at the beginning of this century. The goal of this paper is to analyse the ways in which the development strategies of the communications policy in Brazil were configured in the twenty-first century, seeking to understand the manner and the reasons why they were constituted as such. We identified an effort by the Ministry of Communications to promote the expansion of the possibilities of access, the production and sharing of contents, facilitating the participation of the population in this process. Through information and communications technologies, the competence of each person to offer resources and interesting contents is evaluated, as well as his/her ability to manage Human Capital.

Keywords: communication in Brazil, neoliberalism, Human Capital, governmentality.

Introdução

As políticas de desenvolvimento tecnológico para telecomunicações do Brasil, planejadas e aplicadas durante o final do século XX e o início do século XXI, produziram efeitos diversos nas formas de se comunicar em todo o país.

O acesso e a distribuição de produtos e serviços de comunicação alcançaram extensão nacional, tendo seu uso se tornado indispensável para grande parte da população. Como aponta Wellman (2002) e Wellman e Rainie(2012), a oferta e o incentivo ao uso destes serviços e equipamentos, na maior parte das vezes, direcionaram-se para a obtenção de valores e

interesses individuais, facilitando o acesso, a produção e o compartilhamento de conteúdos, bem como o gerenciamento das conexões e das relações sociais, de tal maneira que cada um é convidado a atuar muito mais como indivíduo conectado a uma rede própria e muito menos como representante de algum grupo. Recuero e Zago (2010) afirmam que vários são os valores encontrados e obtidos pelas pessoas nas redes que estabelecem, desde visibilidade, que está relacionada com a percepção que os demais usuários têm do indivíduo e, portanto, com sua influência na rede; até mesmo autoridade, que remete à confiança e ao reconhecimento de que o indivíduo possui conhecimentos e competências valorizados pelos demais usuários.

Tais formas de se comunicar parecem ter alcançado maior proporção no Brasil concomitantemente a uma série de transformações políticas e econômicas ocorridas no país no início do século XXI. Pretende-se, neste artigo, realizar uma análise dos modos como se configuraram estratégias de desenvolvimento das políticas de comunicações no Brasil no século XXI, buscando compreender a maneira e os motivos pelos quais estas se constituíram com tal.

Política e economia no Brasil da década de 1990

Segundo Sallum Jr. (1999), durante a década de 1980, em detrimento do crescimento da dívida externa, severas crises fiscais ocasionaram fraturas nas articulações entre o Estado e as empresas do Brasil, assim como entre seus capitais locais, o capital internacional e os setores público e privado, fragilizando a estrutura de intermediações de interesses econômico-sociais existentes com relação aos interesses estatais. A retomada do crescimento econômico e a redução das tensões sociais tornaram-se uma demanda crescente e expressavam a necessidade de revisão da presença e da intervenção do Estado no sistema produtivo. Empresários já percebiam a necessidade de ampliação das associações das empresas locais com o capital estrangeiro, bem como de concessões e liberações com relação ao padrão de desenvolvimento até então praticado. O empresariado adotou, a partir daí, uma postura combativa ao intervencionismo estatal em favor da ampliação da acolhida do capital estrangeiro, ou seja, passou a ter uma orientação desestatizante e internacionalizante (Sallum Jr., 1999).

Para Sallum Jr. (1999), na primeira metade da década de 1990, tais problemas permaneciam irresolutos, de tal maneira que se intensificaram as pressões políticas norte-americanas em prol da liberalização econômica, além da presença de movimentos sociais no espaço público, reduzindo o espaço de manobra dos dirigentes do Estado para contornar a crise. Na segunda metade da mesma década, uma série de revisões constitucionais para gerar condições fiscais mínimas para uma possível estabilização foram realizadas. A instituição de uma moeda paralela, a URV (cujo valor em Cruzeiros Reais era fixado diariamente), e substituição desta pelo Real, em 1994, contribuíram para uma recomposição do cenário sócio-político-econômico. A partir dessas medidas, foi possível incorporar um princípio de universalidade que se sobrepôs a particularismos da economia interna, atendendo parcialmente à demanda de internacionalização da economia (Sallum Jr., 1999).

A partir desse momento, o governo brasileiro passou a operar política e economicamente a partir de ideias e estratégias distintas. O Estado passou a não mais cumprir funções empresariais, que foram transferidas para a iniciativa privada, e, em lugar dessas, passou a investir acentuadamente em políticas sociais. Passou a não mais sustentar privilégios para categorias de funcionários e ampliou sua integração com outros países, priorizando a expansão do Mercosul. Assim, nesse período, destacam-se a redução significativa da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro e a concessão do Estado para a livre exploração de todos os serviços de telecomunicações a empresas privadas (Sallum Jr., 1999).

Governo das Comunicações: do século XX para o século XXI

Nos anos de 1980 e 1990, o Brasil foi fortemente influenciado pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Durante a última década do século XX, ocorreu o que se entende como uma massificação significativa da internet, ainda que não fosse reconhecida no sentido de inclusão nesse período, nem tampouco de universalização da rede. Além disso, ocorreu o aperfeiçoamento dos mecanismos de interação no interior do espaço público, por influência de novos meios de comunicação. Nesse sentido, pode ser notada uma multiplicação de estratégias de conjunção de mídias

distintas, na busca por ampliação de segmentos de público, pela fidelização destes e pela realização de lucros (Bolaño e Brittos, 2007; Jambeiro, 2007).

Anteriormente à década de 1990, a política científica e tecnológica se concentrou exclusivamente na concessão de apoio financeiro e creditício às atividades de ciência e tecnologia (C&T) (Kannebley Jr. e Porto, 2012). Essa orientação era resultado do desinteresse do setor empresarial por incentivos associados à tecnologia. Nesse sentido, uma série de leis, como a Lei nº 8.661, “Dos Incentivos Fiscais para a Capacitação Tecnológica da Indústria e da Agropecuária”, foram instituídas com o objetivo de deslocar para as empresas parte da responsabilidade de geração e difusão do desenvolvimento tecnológico (Kannebley Jr. e Porto, 2012).

Nesse período, a política científico-tecnológica restabeleceu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com o objetivo de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa. Ainda em 1991, por meio da instituição da Lei nº 8.248, o Estado passou a investir na capacitação e na competitividade do setor de informática e automação, instituindo incentivos para investimentos no segundo setor (Kannebley Jr. e Porto, 2012).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Estado tornou-se regulador, tendo como funções principais assegurar o livre fluxo de capitais e sua remuneração, estimular o desenvolvimento econômico e social e assegurar condições ótimas de competitividade entre investidores (Jambeiro, 2007).

Entretanto, de que maneira esse princípio de desenvolvimento econômico e social foi planejado pelo governo brasileiro a partir do século XXI? De que maneira o Estado justificou tal planejamento com relação às condições de competitividade por ele controladas?

Dentre outras medidas, no ano 2000, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC) publicou um documento referência que continha metas de implementação do Programa Sociedade da Informação (SocInfo), que foi considerado como uma breve epítome de possíveis aplicações de Tecnologias da Informação no contexto brasileiro. Sob o título de “Sociedade da informação no Brasil: livro verde”, o “Livro Verde” vinha sendo desenvolvido desde 1996 pelo Grupo de Implementação do Programa composto por integrantes do MTC, da iniciativa privada e do setor acadêmico (Takahashi, 2000).

O documento atribui importância central à cumplicidade entre governo e sociedade para a garantia da perspectiva de que todos os brasileiros desfrutem da superação de desigualdades, de empregos qualificados e bem-estar, e ressalta que, para o alcance de tais benefícios, o conhecimento, juntamente à educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, teria se tornado, mais do que no passado, um elemento indispensável. Tal afirmação é justificada, no Livro Verde, por uma transformação mundial, de impactos econômicos e políticos, na soberania e na autonomia dos demais países do mundo. Tratava-se daquilo que foi intitulado de Sociedade da Informação que, segundo se relatava no Livro Verde, já estava em desenvolvimento em diversos países naquele período, sendo definido como o fundamento das novas formas de organização e de produção em escala mundial que se consolidavam a partir daquele período, constituindo-se como um dos fatores determinantes para inserção de países na “sociedade internacional” e no “sistema econômico mundial” (Takahashi, 2000).

Justificavam-se os motivos do Programa Sociedade da Informação com as reivindicações do mercado, que já aconteciam desde o início da década de 1990. O Estado brasileiro parecia se articular a seu modo, de forma a realizar intervenções úteis a favor dos interesses da economia e, assim como o Estado inglês do século XIX, empenhou-se em favorecer os interesses ligados à governamentalidade liberal (Foucault, 2008b). No alvorecer do século XXI, o Brasil passou a se articular a favor dos interesses de uma economia que vinha se tornando central no mercado internacional.

No documento, compreendia-se que, na era da internet, era dever do governo promover a ampliação do acesso e do uso de meios eletrônicos de informação, a fim de construir uma administração eficiente e transparente (Takahashi, 2000).

Ao mesmo tempo, cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada “alfabetização digital” é elemento-chave nesse quadro (Takahashi, 2000, p. V).

Por fim, indicando as diretrizes a serem seguidas com a finalidade de que o Brasil se insira no contexto econômico e político identificado naquele período, foi apontado ainda que o objetivo do Programa Sociedade da

Informação seria alavancar o desenvolvimento da “Nova Economia” no país, acelerando a introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ambiente empresarial nacional (Takahashi, 2000).

Esse livro contempla um conjunto de ações para impulsionarmos a Sociedade da Informação no Brasil em todos os seus aspectos: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimento de novas aplicações (Takahashi, 2000, p. V).

Nos anos que se seguiram, o investimento, o desenvolvimento e o acesso a TICs aumentaram notavelmente no Brasil. Capacitação, informação, conhecimento, educação e o desenvolvimento científico e tecnológico ganharam também importância crescente nas publicações e nas estratégias não só do Ministério da Ciência e Tecnologia, como também no Ministério da Saúde.

Em 2003, o Ministério da Saúde publicou um informe com o título “Cem Palavras para Gestão do Conhecimento”, contendo os verbetes Capital Cliente, Capital Intelectual, Capital Estrutural, Capital Humano¹ e Capital Social². Produzido pela equipe do Projeto “Mapeamento das iniciativas em Gestão do Conhecimento no Ministério da Saúde”, o informe tinha o objetivo de facilitar o entendimento dos atores dos processos de gestão do conhecimento no âmbito do Ministério da Saúde e entidades vinculadas (Ministério da Saúde, 2003, p. 9).

Contudo, por que o conhecimento e os meios de acesso e compartilhamento ganharam papel central no cenário econômico e político internacional? Como se caracteriza essa Nova Economia apontada no documento acima? Quais os efeitos de tais práticas?

Uma governamentalidade

Em 1978, em curso ministrado no Collège de France, Michel Foucault (2008a) chamou a atenção para determinados tratados, já existentes desde a Antiguidade Greco-romana e na Idade Média, que se apresentavam como conselhos aos príncipes no que dizia respeito ao modo de se comportarem, colocarem em

prática o poder, serem aceitos e respeitados pelos súditos. Esses tratados, segundo Foucault (2008a), sofreram mudanças pontuais no modo como foram apresentados a partir do século XVI, de tal maneira que não se mostravam mais como conselhos aos príncipes, mas como o que Foucault chamou de “arte de governar”. Para o filósofo, na convergência entre os processos de superação feudal, a construção dos grandes Estados territoriais, coloniais, administrativos, e os processos de Reforma e Contra-Reforma, no século XVI, teria surgido o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo e com qual método, ou seja, a problemática do governo em geral (Foucault, 2008a).

Buscando definir qual a forma de governo que se aplica a todo o estado, Foucault (2008a) aponta três tipos de governo, o governo de si mesmo, que diz respeito à moral, a arte de governar adequadamente uma família, que se remete à economia, e a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política. Contudo, para o autor, ainda que tais tipologias fossem distribuídas dessa forma, as teorias da arte de governar estabeleciam certa continuidade, ascendente e descendente entre elas. Ou seja, aquele que quisesse governar o Estado deveria saber se governar, governar sua família, seu patrimônio, seus bens, de tal forma que o elemento central dessa continuidade é o governo da família, ou seja, a economia.

Desse modo, a literatura sobre a arte de governar entre os séculos XVI e XVIII buscava, segundo Foucault (2008a), responder à seguinte questão: “como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, [...] como introduzir essa atenção, essa meticulosidade, esse tipo de relação do pai de família com sua família na gestão de um estado?” (Foucault, 2008a, p. 126). Inserir a economia no exercício político passou a ser um dos papéis fundamentais do governo, sendo atribuída, em uma extensa literatura posterior, uma grande importância em ter, no governo de um Estado, uma vigilância e um controle sobre os habitantes, as riquezas, as condutas individuais e coletivas, tão atentos quanto as de um pai de família (Foucault, 2008a).

¹ Definido no documento como um conceito que se refere ao valor atribuído ao conhecimento e à competência necessários para desenvolver as soluções requeridas pelos clientes (Human Capital).

² Definido no documento como um conceito que se refere à capacidade de relacionamento do indivíduo, sua rede de contatos sociais, baseados em expectativas de reciprocidade e comportamento confiáveis que, no conjunto, melhoram a eficiência individual e, no coletivo, ajudam a manter a coesão social.

Assim, Foucault (2008a) propõe o conceito de governamentalidade afirmando que com tal termo se refere ao:

Conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bastante específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (Foucault, 2008a, p. 143).

Além disso, para o autor, o conceito de governamentalidade se refere também à certa tendência, presente em todo o Ocidente, que conduziu à preeminência deste tipo de poder entendido como governo sobre todos os outros, conduzindo ao desenvolvimento de séries de aparelhos de governo e de conjuntos de saberes específicos (Foucault, 2008a).

Nesse sentido, de que maneira o conceito de governamentalidade proposto por Foucault pode contribuir para a compreensão dos modos como se configuraram as estratégias de desenvolvimento e governo nas políticas de comunicações no Brasil no século XXI?

Governamentalidade liberal e neoliberal: elementos para um governo das comunicações no Brasil

Em 1979, em curso no Collège de France, Foucault (2008b) afirmou que o Liberalismo emergiu no século XVII não só como doutrina econômica, mas como forma de governamentalidade. Para o autor, o Liberalismo se consolidou a partir da concessão do Estado em autolimitar-se, limitar seu governo, a partir de seu posicionamento de “permitir fazer” concedido ao mercado, que, por sua vez, passou a funcionar de forma espontânea, regulando-se através da oscilação do valor do produto e não mais por parâmetros de justiça e territorialidade, alterando drasticamente a riqueza do povo e do Estado. Para o filósofo, em certos países da Europa, o Estado passou a conduzir suas intervenções segundo leis racionais que lhe seriam próprias, que não se restringiriam mais às leis divinas e nem aos princípios de prudência. Nesse contexto, o Estado passou a fundamentar sua razão governamental a partir da teoria da relação preço-valor, que se baseava em uma teoria econômica que tinha o mercado como instância produtora de “verdades”. Ora, a partir daí, a economia passou a dizer

até onde se deveria intervir, restringir, e onde seria necessário produzir liberdade. Valores, lucros e custos passaram a definir o discernimento das práticas governamentais em educação, saúde, previdência social, segurança etc. (Foucault, 2008b).

Entretanto, para Foucault (2008a), na segunda metade do século XX, algumas inconsistências na economia liberal clássica foram apontadas por parte de economistas como Gary Backer e Thomas Schultz, da Escola de Chicago, nos Estados Unidos da América. Na perspectiva desses economistas, alguns aspectos do trabalho permaneciam inexplorados nesse tipo de economia. O poder de produção, segundo eles, não podia ser considerado somente com relação ao tempo de trabalho, ao investidor ou ao capital financeiro, mas à maneira como os indivíduos decidiam obter e utilizar habilidades e recursos alternativos para fins concorrentes. Ou seja, seriam as capacidades únicas e raras de cada indivíduo que efetivamente teriam valor quando empenhadas em contextos específicos. Para esses economistas, o indivíduo e sua capacidade de decisão passariam a ser o objeto de estudo das análises econômicas (Foucault, 2008b). As escolhas e as atividades realizadas fora do horário de trabalho se tornaram mais importantes para a economia do que o próprio tempo de trabalho, sendo que o uso do tempo para a educação, a formação e outros tipos de Capital Humano, passou a ser o objeto de estudo dessa nova economia (Becker, 1978). Tratava-se de reinserir o trabalho na análise econômica, tendo como objeto fundamental a maneira como cada um obtém e utiliza, em contextos específicos, atividades laborais etc., os seus recursos e as suas habilidades raras, únicas, particulares. A economia passou a ser entendida como uma ciência do comportamento humano e a conferir aos sujeitos um caráter de empresa, investigando e compreendendo, em tempo integral, a maneira como o sujeito agrega e utiliza recursos e habilidades para determinados fins que podem gerar algum lucro. Ainda na década de 1960, o comportamento humano começou a ser analisado e estudado em termos econômicos a partir do conceito de Capital Humano, marcando a diferença pontual do neoliberalismo para com a economia clássica (Foucault, 2008b).

Assim, em meados do século XX, uma governamentalidade emergiu a partir da economia neoliberal nos Estados Unidos, dentre outros países, relacionada ao conceito de Capital

Humano. Através de tal conceito, desenvolveu-se uma reinterpretção, em termos econômicos, ou seja, de performance, desempenho, habilidade, risco, lucro, déficit e superávit; de campos que até então eram considerados como não econômicos, problematizando domínios que eram anteriormente tratados pelas ciências humanas e naturais em geral, como cultura, esportes, ecologia, comunicação, lazer, alimentação, migrações, saúde, criminalidade, casamento, divórcio, trabalho etc. Entende-se, nessa perspectiva, capital como tudo aquilo que pode ser uma fonte de renda futura, e renda como o produto ou rendimento de um capital (Foucault, 2008b).

Destarte, as publicações do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Comunicações (2009) manifestam certo esforço do governo brasileiro para adequar-se a essa Nova Economia adotada mundialmente, expressando estratégias de investimento no Capital Humano da população, dentre outras estratégias, através de múltiplas medidas que facilitassem e incentivassem o acesso e o compartilhamento de informações, tal como foi previsto no Livro Verde da Sociedade da Informação. Essa inclusão na economia global amplia a capacidade de participação social na produção e no compartilhamento de conteúdos, mas não sem produzir condições objetivas e subjetivas de se relacionar e comunicar.

Nesse sentido, esse jogo caracterizado pela intensificação de práticas de publicação de conteúdos para múltiplas finalidades manifesta efeitos de estratégias ligadas ao que se pode chamar de “arte neoliberal de governo da vida” ou “governamentalidade neoliberal”, que operam a partir das múltiplas formas de se comunicar e se sociabilizar que são oferecidas e do uso que delas fazem os indivíduos. O investimento em políticas focadas no incremento de habilidades, conhecimentos e informações da população, através de Tecnologias de Informação e Comunicação, vem se estabelecendo como estratégia de governo que busca vigilância e controle sobre os indivíduos, sobre suas riquezas, suas condutas individuais e coletivas, a fim de diminuir riscos, promover segurança e aumentar o Capital Humano de sua população (Bruno, 2008).

Jambeiro (2007) afirma que, desde a primeira década do século XXI, a regulação do mercado vem sendo uma das grandes querelas das políticas de comunicação no Brasil. A competição entre os grandes grupos empresariais, incentivada e controlada pelo Estado,

viabiliza benefícios aos consumidores, já que pressiona os empresários a baixarem os preços. Por outro lado, as empresas do setor de telecomunicações afirmavam que, se existissem muitos competidores no mercado, a chance de grandes lucros seria quase nula, inviabilizando o financiamento para inovações tecnológicas e para o desenvolvimento do setor, o que reduziria a possibilidade de competição com as demais multinacionais.

Contudo, em meio ao embate entre o direito do cidadão-consumidor e os interesses dos grupos de empresas no mercado, entre a possibilidade de maior ou menor regulação do estado, está a produção de modos de se relacionar e de se comunicar provocados pela busca pelo aumento de Capital Humano. Entre os lucros dos conglomerados empresariais e a possibilidade de consumo da população, está a crescente objetivação das condições de comunicação entre as pessoas e a constante avaliação da rentabilidade que suas condutas podem favorecer. Ou seja, a economia política neoliberal, através das políticas de comunicação, articula maneiras pelas quais indivíduos e coletivos possam governar a si mesmos, gerenciar suas conexões, suas informações, e a dos outros. Busca-se oferecer formas pelas quais cada indivíduo possa governar a sua conduta com relação à sua competência em acessar, produzir e compartilhar conteúdos, ao mesmo tempo em que pode gerenciar sua relação com aqueles que possam contribuir para o aumento de seu Capital Humano.

Nesse sentido, em concordância com Costa (2008), entende-se que, concomitantemente aos estudos de Michel Foucault, Mark Granovetter (1973, 1985) propôs outra perspectiva de análise dessas mesmas transformações, partindo da ideia de redes sociais e das formas como os indivíduos se relacionavam tanto socialmente quanto economicamente nestas. Nesse sentido, Granovetter (1973, 1985) afirma que a riqueza está nas conexões dos indivíduos, ressaltando sua importância para a nova economia, que deverá valorizar, cada vez mais, o papel do Capital Social. Para Costa (2011), se a teoria do Capital Humano já apontava para a necessidade de capacitação dos indivíduos e de avaliação do modo como estes decidiam obter e utilizar suas capacidades e seus recursos únicos e raros para fins concorrentes, a teoria do Capital Social se preocuparia com a motivação desses indivíduos em se conectar e se relacionar com outros indivíduos com a finalidade de acessar os recursos desses e incremen-

tar seu Capital Humano (Mota, 2012). Assim, desde a década de 1970, são realizados estudos sobre a formação de redes sociais e sua relação com a produção econômica, sendo que o conceito de Capital Social, posterior ao de Capital Humano, permitiu ampliar o alcance das análises econômicas da vida, constituintes das políticas de comunicação no Brasil, que passaram a abranger as formas de se relacionar e comunicar dos indivíduos, entendendo-as como fonte de valor (Costa, 2008; Granovetter, 1985; Coleman, 1988; Lin, 2001).

Considerações finais

As reformas econômicas ocorridas na década de 1990 e as relações do Brasil com a economia internacional, caracterizada pela liberalização comercial, pela privatização de empresas estatais, pela mudança cambial, e pela abertura de setores econômicos ao capital estrangeiro conduziram os rumos da política industrial e de promoção de inovação no país. De acordo com esse novo ambiente econômico, a política industrial de 1990 (PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior) passou a ser pautada pela busca por alcançar os padrões internacionais de produtividade e qualidade (Kannebley Jr. e Porto, 2012). Para Kannebley Jr. e Porto (2012), tal política orientava-se a partir de dois pilares fundamentais, a saber, uma política de concorrência, que articulava um processo de abertura comercial, e uma política de competitividade.

Como efeito, a partir do final do século XX, o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil favoreceu o surgimento de preferências e estilos de vida que fizeram determinadas camadas da população, antes consideradas excluídas economicamente, tornarem-se grandes consumidores de produtos e serviços digitais (Jambeiro, 2007).

Concomitantemente a tais acontecimentos, na primeira década do século XXI, o Ministério das Comunicações do Brasil passou a anunciar que investiria no desenvolvimento, transparente e participativo, de políticas que promovessem o acesso aos serviços de comunicações, buscando contribuir para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social no Brasil (Ministério das Comunicações, 2009).

Em suas publicações, o Ministério das Comunicações passou a manifestar uma busca por promover “serviços de comunicação democratizados e competitivos internacional-

mente, servindo como instrumento de cidadania, transformação social e desenvolvimento econômico para o Brasil” (Ministério das Comunicações, 2009). Contudo, sabendo que tal democratização das comunicações, que convoca a sociedade a participar tanto na gestão quanto na produção de conteúdos, é uma demanda da própria economia política neoliberal, quais os efeitos desses modos de participação na sociedade, os quais os cidadãos vêm sendo convocados a praticar? Sánchez *et al.* (2006) afirmam que, nas estratégias e tecnologias de governo neoliberais, a autonomia individual não é a antítese do poder político, mas o elemento fundamental para o seu exercício. Para os autores, o neoliberalismo necessita de sujeitos ativos, responsáveis e empresários de si mesmos, de tal modo que as políticas de comunicação, junto às tecnologias de informação e comunicação, participam da construção de estratégias fundadas neste objetivo de produção da autonomia responsável e do microempreendedorismo de si (Prado, 2011).

Nesse caso, tal como aponta Serres (s.d.), trata-se de entender as redes de comunicação como modos de circulação, que articulam forças, tensionamentos e saberes que, assim como podem fazer circular fluxos de saberes e fazeres, podem também controlá-los, condicioná-los, enrijecê-los, produzindo hierarquizações de lugares e processos burocráticos, dentre outros, que regulam e controlam tais fluxos. Num sentido mais amplo, Serres (s.d.) propõe pensar a rede como uma dinâmica de ramificações que pode construir alianças, mas também limites, vizinhanças, fronteiras, fechamentos, podendo ter seus elementos formados por instituições, legislações, posicionamentos, gerenciamentos etc.

Assim, se essas Tecnologias de Informação e Comunicação vêm ampliando a circulação de fluxos de saberes e fazeres, vêm também produzindo objetivações das formas de se relacionar, muitas vezes ligadas à gestão das relações, das conexões, permitindo e incentivando a edição de imagens (de si e dos outros), informações, contatos, relacionamentos, dentre outros, reforçando formas de se comunicar e se relacionar funcionais ao aumento do Capital Social e Humano.

Tais estratégias de desenvolvimento e acesso a serviços de comunicação, que manifestam o empenhando em ampliar a conectividade de cada indivíduo, viabilizam que se registre e verifique, além de suas preferências, as publicações, as conexões, as participações e, portan-

to, as competências de cada indivíduo em oferecer serviços e conteúdos interessantes (Bruno, 2008). Dessa forma, é possível que a utilidade de cada indivíduo seja avaliada, valorizada ou repudiada, assim como sua capacidade de oferecer elementos para o incremento do seu Capital Humano e dos outros. Entretanto, em que contextos os indivíduos da população brasileira têm repudiado ou segregado? A quem, quando e como?

Para Lazzarato (2011, p. 74),

os sujeitos econômicos, sem a produção e a reprodução de laços de simpatia e benevolência em relação a alguns indivíduos e sem a reprodução de laços de “repugnância” e de inimizade em relação a outros, jamais conseguiriam desempenhar seu papel econômico.

Como afirma Prado (2011), esse princípio geral da competência dos sujeitos, que faz funcionar o capitalismo globalizado, atribui valor àqueles que conseguem comunicar e vender seu capital humano. Manifesta-se, portanto, o esforço pela produção de um cidadão que se reconheça como empresário de si, e que tenha a capacidade de gerenciar seus relacionamentos, seus conhecimentos, suas informações etc. Trata-se do engendramento de um jogo de acessos e restrições a práticas, reconhecimento e participação social, bem-estar, gozo, prestígio, amizade, relações afetivas e referências existenciais, que convoca continuamente à valorização e ao incremento das habilidades dos sujeitos a partir de coordenadas econômicas.

Como afirma Lazzarato (2011), técnicas de gerenciamento, originalmente restritas às empresas, estenderam-se à “seguridade social”, que regula individualmente os “desempregados, os RMistas, os pobres” etc.; mas também se estenderam à sociedade em geral, podendo ser identificadas nas escolas, em hospitais, no consumo e nas práticas de comunicação. Nestas últimas, tais técnicas de gerência se inspiram em práticas de distribuição de méritos e deméritos, na produção da dependência e de assujeitamento, ainda que dependência e assujeitamento se façam, como no caso do “empresário de si mesmo” apontado por Foucault (2008b), através da própria ativação e da mobilização da iniciativa, da liberdade e da potência de agir do indivíduo (Lazzarato, 2011).

Referências

- BECKER, G.S. 1978. *The Economic Approach to Human Behavior*. Chicago, The University of Chicago Press, 314 p.
- BOLAÑO, C.R.S.; BRITTOS, V.C. 2007. Espaço público midiático e a ideologia do merchandising social da Rede Globo: uma crítica na perspectiva da economia política da comunicação. In: M.C. RAMOS; S. SANTOS (eds.), *Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo, Paulus, p. 83-97.
- BRUNO, F. 2008. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *Revista FAMECOS*, 1(36):10-16.
- COLEMAN, J. 1988. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94:95-120. <http://dx.doi.org/10.1086/228943>
- COSTA, R. 2008. Inteligência Coletiva: comunicação, capitalismo cognitivo e micropolítica. *Revista FAMECOS* 1(37):61-68.
- COSTA, R. 2011. Redes sociais e capital social: a nova fronteira do neocapitalismo. In: J. FREIRE FILHO; M.G.P. COELHO (eds.), *A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo*. Porto Alegre, Sulina, p. 85-106.
- FOUCAULT, M. 2008a. *Segurança, Território, População*. São Paulo, Martins Fontes, 572 p.
- FOUCAULT, M. 2008b. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 474 p.
- GRANOVETTER, M. 1973. The strength of weak ties. *American journal of Sociology*, 78:1360-1380. <http://dx.doi.org/10.1086/225469>
- GRANOVETTER, M. 1985. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. *American journal of Sociology*, 91:481-510. <http://dx.doi.org/10.1086/228311>
- JAMBEIRO, O. 2007. A Re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação. In: M.C. RAMOS; S. SANTOS (eds.), *Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo, Paulus, p. 99-124.
- KANNEBLEY JR., S.; PORTO, G.S. 2012. Incentivos fiscais à pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma avaliação das políticas recentes. Brasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento - Divisão de Competitividade e Inovação (IFD/CTI), 54 p. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37112245>. Acesso em: 29/10/2013.
- LAZZARATO, M. 2011. *O Governo das Desigualdades: crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos, EdUFSCar, 93 p.
- LIN, N. 2001. *Social Capital: A theory of social structure and action*. New York, Cambridge University Press, 294 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511815447>
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2003. Cem palavras para gestão do conhecimento. Brasília, 9 p.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. 2009. O ministério. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/institucional>. Acesso em: 18/11/2012.
- MOTA, S.T. 2012. *Individualismo Conectado: governo de si e dos outros nas redes sociais*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 117 p.
- PRADO, J.L.A. 2011. De navios a estrelas na construção biopolítica do eu capital. In: J. FREIRE

- FILHO; M.G.P. COELHO (eds.), *A promoção do capital humano: mídia, subjetividade e o novo espírito do capitalismo*. Porto Alegre, Sulina, p. 51-72.
- RECUERO, R; ZAGO, G. 2010. "RT, por favor": considerações sobre a difusão de informações no Twitter. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, **12**(2):69-81.
<http://dx.doi.org/10.4013/fem.2010.122.02>
- SALLUM JR., B. 1999. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, **11**(2):23-47. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20701999000200003>
- SÁNCHEZ, L.G.; MARTÍNEZ, L.M.M.; RICO, F.J. 2006. Psicologia, identidade e política nas tecnologias de governo neoliberais. *Psicologia & Sociedade*, **18**(1):7-14.
- SERRES, M. [s.d.]. *A comunicação*. Porto, Rés Editora, 258 p.
- TAKAHASHI, T. (Org). 2000. *Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, 155 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>. Acesso em: 21/11/2013.
- WELLMAN, B. 2002. Little Boxes, Glocalization and Networked Individualism. In: M. TANABE; P.V.D. BESSELAAR; T. ISHIDA (eds.), *Digital Cities II: Computational and Sociological Approaches*. New York, Springer, p. 10-25. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F3-540-45636-8_2. Acesso em: 04/05/2012.
- WELLMAN, B.; RAINIE, H. 2012. *Networked: the new social operating system*. Cambridge, The MIT press, 358 p.

Submetido: 22/04/2014

Aceito: 17/08/2014